

A educação para a ética: sem a desculpa do "não fui só eu"

De Guilherme Perez Cabral

Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações. Distinguir melhor o que é certo do que é errado. E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento. Falo de ética.

São precárias as possibilidades do nosso tempo, já disse o advogado e poeta Paulo de Tarso. E, no cenário profundamente antiético, um disparate tem chamado à atenção. Para aquele momento em que, descoberto em roubalheiras, não dá mais para negar o óbvio, o submundo da política nacional tem utilizado uma péssima desculpa. Para abrandar a pena, quem sabe, se livrar dela, com cara coitado, inocente injustiçado, diz por aí, para quem quiser ouvir: "...mas não fui só eu".

O argumento não é novo. Ouvimos de crianças em formação. Na escola onde estudei, a resposta, por si só, sempre mereceu a censura não raro maior do que a falta praticada. A novidade é o uso oficial, descarado, pela politicagem.

[...]

Roubar e falar, depois, que "não fui só eu" é sem-vergonhice, safadeza mesmo. Mais um sintoma muito sério do estado terminal ético que estamos vivendo.

[...]

A pobreza ética atual, contudo, não significa que estamos incapacitados para uma experiência melhor. Não é um dado antropológico do brasileiro, feito uma segunda natureza irreversível.

O que nos faltam são boas lições de ética, o debate e aprendizado profundo sobre o que isso quer dizer. Se o mundo adulto está quase perdido, foquemos – os que não se perderam ainda – na geração que vem. A formação ética, aliás, constitui elemento central da educação básica, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. A ética não é um catálogo abstrato de bons comportamentos, aprendido numa aula de "educação moral e cívica" e, na prática, ignorado sistematicamente. Não se trata, também, de um conjunto de regras que cumprimos, sem saber muito bem o porquê, só porque Deus, o pai, o professor ou o líder espiritual ou político mandou. Ética tem a ver com deveres que cumprimos porque, para nós, isso é o certo, é o justo, ainda que o mundo insista em descumpri-los. São deveres que fazem parte de nós.

Isso é a autonomia, que define a vida democrática: a autodeterminação por normas que nos demos, que aprendemos, criticamos, melhoramos e concordamos. Por isso, seguimos, independentemente de que (e quem) estejam nos olhando. É a consciência do andar "direito", livre e responsável. Nos alerta, permanentemente, que a falta de respeito, a corrupção alheia não justifica que andemos errado também.

Texto adaptado. Disponível em: www.educacao.uol.com.br

Em relação ao emprego dos conectivos no texto, avalie os itens a seguir:

- 1. (C) (E) No período: "E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento", é possível substituir a locução destacada pelo conectivo "conforme", sem que isso altere o sentido.**

2. (C) (E) A locução “de acordo”, destacada no período do item anterior, indica conformidade.
3. (C) (E) No período: “A pobreza ética atual, contudo, não significa que estamos incapacitados para uma experiência melhor”, o conectivo destacado remete ao sentido de adição, soma de ideias.
4. (C) (E) Como o conectivo “contudo”, destacado no item anterior, apresenta a ideia de adição, tal conectivo pode ser substituído pela locução “como também”.
5. (C) (E) Na frase: “Para abrandar a pena”, o conectivo destacado indica uma relação de finalidade.

O pronome é uma classe de palavras que serve para substituir um nome, ou para indicar as pessoas do discurso. O pronome também pode auxiliar na organização do texto como elemento de coesão. Sobre a classificação e o emprego dos pronomes do texto, analise os itens a seguir:

6. (C) (E) No período: “Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações”, o pronome “nossas” é um pronome possessivo que, nesse caso, determina o substantivo “ações”.
7. (C) (E) O pronome “esse”, que aparece no período: “E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento”, é um pronome demonstrativo e, além disso, funciona como elemento de coesão textual, pois retoma o verbo “conseguir”, evitando, assim, sua repetição.
8. (C) (E) Na oração: “...mas não fui só eu”, a palavra destacada é um pronome pessoal.
9. (C) (E) No período: “O que nos faltam são boas lições de ética”, o pronome “nos” é um pronome pessoal, que tem a função de sujeito da frase.
10. (C) (E) No período: “Ética tem a ver com deveres que cumprimos”, a palavra destacada é um pronome relativo, que se apresenta como elemento de coesão textual, uma vez que retoma a palavra “ética”.

O texto apresenta como tema uma reflexão a respeito da ética como elemento fundamental das relações humanas. Ao longo do texto, o autor traz alguns argumentos para desenvolvimento do texto. Com base nisso, analise os itens a seguir:

11. (C) (E) Um argumento trabalhado pelo autor é o de que nenhuma pessoa pode ser punida por um ato ilícito, quando há muitas outras pessoas que praticam o mesmo ato.
12. (C) (E) De acordo com o autor, desde cedo, já na escola, o indivíduo é instruído de como fazer para se isentar da responsabilidade de seus atos.
13. (C) (E) Para o autor, mesmo que a sociedade, na atualidade, viva uma pobreza ética, isto não deve levar ao comodismo e ao conformismo, como se a falta de ética fosse uma característica inerente do povo brasileiro.
14. (C) (E) Segundo o autor, a falta de ética ainda persiste no Brasil, mesmo havendo bons exemplos de conduta ética e profunda reflexão sobre esse assunto.
15. (C) (E) Para o autor, uma alternativa importante eleger formação ética como o centro da formação dos alunos, na educação básica.

Sobre o uso das formas verbais, no texto, analise os itens a seguir:

16. (C) (E) Os infinitivos verbais “roubar” e “falar”, destacados no período: “Roubar e falar, depois, que "não fui só eu" é sem-vergonhice, safadeza mesmo”, nesse contexto, estão substantivados e funcionam como sujeito da oração.
17. (C) (E) Na frase: “Na escola onde estudei [...]”, o verbo destacado está conjugado no pretérito perfeito.
18. (C) (E) Na frase: “Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações”, o verbo destacado encontra-se no presente do indicativo e não apresenta sujeito.
19. (C) (E) Na frase: “[...] os que não se perderam ainda [...]” o verbo está na voz ativa.
20. (C) (E) No período: “Isso é a autonomia, que define a vida democrática”, o verbo destacado é transitivo direto.

INFORMÁTICA

Acerca dos Softwares Aplicativos do Microsoft Office e do Sistema Operacional Windows 7, em sua configuração PADRÃO, versão em português, julgue os itens a seguir:

21. (C) (E) Considerando o gerenciador de arquivos Windows Explorer, para selecionar TODOS os arquivos de uma determinada pasta (diretório), basta acessar a respectiva pasta e em seguida executar a tecla de atalho Ctrl + A.
22. (C) (E) A tecla de atalho WinKey () + F2 exibe a Ajuda e Suporte do Windows.
23. (C) (E) No MS-Word 2007, o formato (efeito) VERSALETE faz com que os caracteres apareçam como letras maiúsculas em um tamanho reduzido. A

formatação em versalete não afeta os números, ou seja, quando aplicada nos números não apresenta alteração visível em seu formato original.

24. (C) (E) Considerando o MS-Excel 2007, e a planilha a seguir, ao executar a fórmula contida na célula C5, será exibida uma mensagem de erro para o usuário, pois a célula C3 está vazia.

	A	B	C	D
1	Veículo	Placa	Ano	
2	Gol	AZN 1234	2010	
3	Fusca	AAA 4321		
4	Pampa	ABC 0007	1979	
5			=C2+C3+C4	

25. (C) (E) No PowerPoint 2007, para iniciar a apresentação de slides a partir do primeiro slide, basta pressionar a tecla F5.

Acerca dos conceitos básicos de ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet, julgue os itens a seguir:

26. (C) (E) É possível pesquisar um termo de forma mais rápida na Internet, digitando as palavras de pesquisa diretamente na barra de endereço do Google Chrome.
27. (C) (E) Considerando o Sistema Operacional Windows 7 e o navegador Mozilla Firefox, versão 40, em português, para enviar uma página da internet para impressão, basta utilizar a tecla de atalho Ctrl+I.
28. (C) (E) Considerando o Sistema Operacional Windows 7 e o navegador Google Chrome, versão 44, em português, se, acidentalmente, uma guia foi fechada é possível reabri-la rapidamente, através do atalho do teclado Alt+F4.
29. (C) (E) Considerando o navegador Mozilla Firefox, versão 40, em português, o modo de NAVEGAÇÃO PRIVATIVA não memorizará nenhum dado pessoal. Isso inclui o histórico de navegação, de pesquisa, de download, de formulários, cookies e arquivos temporários. No entanto, os arquivos baixados e os seus favoritos serão mantidos.
30. (C) (E) Hotspot WiFi indica um local onde é possível ter acesso à internet, porém o acesso sem fio não é suportado. São encontrados geralmente em locais públicos como bibliotecas, cafés, restaurantes, ambientes educacionais, hotéis e aeroportos.

Para medir as variações no padrão de qualidade de vida das diferentes populações do globo, o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A apuração desses índices considera alguns indicadores:

31. (C) (E) São três indicadores que acabam se transformando em apenas um único quando se aplica o cálculo da média geométrica.
32. (C) (E) A apuração dos índices de IDH considera a educação, a longevidade e a renda.
33. (C) (E) Atualmente apenas a longevidade é levada em consideração, pois a média de vida aumentou de 76 para 85 anos em todo o globo.
34. (C) (E) Apenas a longevidade e a taxa de mortalidade infantil que são muito discrepantes em países com muitas desigualdades entre esses dois níveis de idade.
35. (C) (E) Em 2014 houve mudanças na forma de calcular o índice. Segundo o Pnud, os indicadores continuam os mesmos, apenas a forma de aplicar os critérios de um país não influenciam o resultado dos outros.

Computador é uma máquina capaz de vários tipos de tratamento automático de informações ou processamento de dados. Um computador pode possuir inúmeros atributos, dentre eles armazenamento de dados, processamento de dados, cálculo em grande escala, desenho industrial, tratamento de imagens gráficas, realidade virtual, entretenimento e cultura. Dado o contexto, julgue as assertivas:

36. (C) (E) Um computador é um elaborado sistema de satélites e outros dispositivos que tem como função única e básica prestar informações precisas sobre o posicionamento individual no globo terrestre.
37. (C) (E) Um computador é um sistema que consiste em vários componentes que trabalham em conjunto. Os componentes físicos, que se pode ver e tocar, são coletivamente chamados hardware.
38. (C) (E) em um computador, o Windows Explorer é um gerenciador de arquivos e pastas do sistema Windows. Ou seja, é utilizado para cópia, exclusão, organização, movimentação e todas as atividades de gerenciamento de arquivos, podendo também ser utilizado para a instalação de programas.
39. (C) (E) Um computador pode possuir inúmeros atributos, dentre eles armazenamento de dados, processamento de dados, cálculo em grande escala,

desenho industrial, tratamento de imagens gráficas, realidade virtual, entretenimento e cultura.

40. (C) (E) Um computador é composto principalmente por software que é o conjunto de programas, instruções e regras informáticas, e também pelo hardware que é o conjunto de componentes físicos, ou seja, tudo o que podemos tocar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à Lei nº 9.782/99, que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, analise as seguintes afirmações:

41. (C) (E) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nenhuma hipótese, poderá delegar suas atribuições aos Estados, Distrito Federal ou Municípios.
42. (C) (E) A ANVISA tem a natureza de autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde.
43. (C) (E) A Agência poderá assessorar, complementar ou suplementar as ações estaduais, municipais e do Distrito Federal para o exercício do controle sanitário.
44. (C) (E) Os alimentos são produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as bebidas ficam excluídas.
45. (C) (E) Cigarros são considerados produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Verifique as afirmações sobre Agências Reguladoras:

46. (C) (E) A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem sede e foro em Brasília, sendo vinculada ao Ministério da Saúde.
47. (C) (E) Não está entre as atribuições da ANTT, em termos de Transporte Rodoviário, autorizar o transporte de passageiros, realizado por empresa de turismo, com a finalidade de turismo.
48. (C) (E) É de competência da ANAC expedir normas e estabelecer padrões mínimos de segurança de voo, de desempenho e eficiência, a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços aéreos.
49. (C) (E) É de competência da Agência Nacional de Telecomunicações deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos.
50. (C) (E) A Agência Nacional de Telecomunicações tem determinação expressa na lei para atuar com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 trata de direitos e garantias fundamentais, dentre os quais se pode observar que:

51. (C) (E) Mesmo aos estrangeiros residentes no País garante-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
52. (C) (E) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas às qualificações profissionais que a lei estabelecer.
53. (C) (E) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo entrar sem consentimento do morador, sendo que, por determinação judicial, fica autorizado o ingresso na casa sem o consentimento do morador em qualquer horário.
54. (C) (E) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização.
55. (C) (E) Aos litigantes, apenas em processo judicial, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Os direitos sociais são considerados direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão. Conforme o direito constitucional brasileiro:

56. (C) (E) São considerados direitos sociais a educação, o trabalho, a segurança, a previdência social e a liberdade.
57. (C) (E) A alimentação, a moradia, o lazer, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, são considerados direitos sociais.
58. (C) (E) O salário mínimo deve atender necessidades como alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, não estando o transporte entre estas necessidades.
59. (C) (E) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos.
60. (C) (E) É possível o trabalho na condição de aprendiz a partir dos dezesseis anos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece normas sobre nacionalidade e direitos políticos.

Analise as proposições com relação a estas normas:

61. (C) (E) Os nascidos na República Federativa do Brasil, sendo de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país, serão considerados brasileiros natos.
62. (C) (E) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
63. (C) (E) Os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores.
64. (C) (E) O cargo de Governador não pode ser ocupado por brasileiro naturalizado.
65. (C) (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de setenta anos apenas nos casos de comprovada incapacidade física ou mental.

O regime jurídico administrativo é o conjunto de prerrogativas e restrições que está sujeita a Administração Pública. Este regime jurídico fundamenta-se em princípios constitucionais e infraconstitucionais da Administração. Nesse sentido:

66. (C) (E) O princípio da legalidade é um princípio constitucional pelo qual os atos administrativos não podem contrariar a lei e só podem ser praticados conforme a lei permite.
67. (C) (E) O princípio da eficiência é relacionado ao modo de atuação do agente público e ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública com o objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.
68. (C) (E) O princípio da impessoalidade está relacionado ao dever de divulgação de todos os atos da Administração Pública.
69. (C) (E) O princípio da motivação é relacionado especificamente com a proibição de excessos pela Administração Pública.
70. (C) (E) Pelo princípio da autotutela a Administração deve anular seus próprios atos que contenham vícios de legalidade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece normas sobre a administração pública direta e indireta e seus servidores. Analise as seguintes afirmações:

71. (C) (E) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor quando houver compatibilidade de horários.
72. (C) (E) A sentença judicial transitada em julgado é um dos casos de perda da estabilidade do servidor público.
73. (C) (E) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem publicar mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
74. (C) (E) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, quando for investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar entre as duas remunerações, do mandato eletivo ou a de servidor.
75. (C) (E) As regras de vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas somente se aplicam à administração direta.

Os atos administrativos são relevantes tanto para o funcionamento da administração pública quanto para a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos. Sobre os atos administrativos:

76. (C) (E) A finalidade é um dos elementos do ato administrativo, sendo o resultado que a administração quer alcançar com a prática do ato.
77. (C) (E) A invalidação do ato administrativo tem por característica a discricionariedade, sendo que a administração extingue um ato por razões de oportunidade e conveniência.
78. (C) (E) Com relação à exequibilidade, o ato administrativo é perfeito quando está em condições de produzir efeitos jurídicos, pois já completou sua formação com a presença de seus elementos.

79. (C) (E) A imperatividade é um atributo do ato administrativo e significa que o ato administrativo pode ser executado diretamente pela administração pública, independentemente de uma ordem judicial.
80. (C) (E) A atuação da administração pública no exercício da função administrativa é vinculada quando a lei fixa uma única solução possível diante do caso, e é discricionária quando é possível apreciar a oportunidade e conveniência para escolher entre duas ou mais soluções.

O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, estabelece os direitos básicos do consumidor. Sobre estes direitos, analise as seguintes afirmativas:

81. (C) (E) Os direitos básicos do consumidor fazem referência à prestação de serviços de empresas privadas e não de serviços públicos.
82. (C) (E) A previsão de direitos do consumidor é atribuição apenas do Código de Defesa do Consumidor, assim, nenhuma outra lei pode contemplar outros direitos que sejam do consumidor.
83. (C) (E) Contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços nocivos ou perigosos, é direito do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança.
84. (C) (E) É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for, o consumidor, hipossuficiente.
85. (C) (E) É direito do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais individuais, excluindo a possibilidade de um dano coletivo, assim, cabe a cada consumidor, individualmente, requerer em juízo a reparação do dano.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece regras sobre a responsabilidade pelo fato e pelo vício de produto e de serviço, podendo-se afirmar que:

86. (C) (E) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre fruição e riscos.
87. (C) (E) No caso de vício do produto, o prazo máximo para sanar o vício é de 30 (trinta) dias, porém poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo, não podendo ser inferior a 7 (sete) e nem superior a 180 (cento e oitenta) dias.
88. (C) (E) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
89. (C) (E) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar qualquer grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

90. (C) (E) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 45 (quarenta e cinco) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e produto duráveis.

Sobre as práticas abusivas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor:

91. (C) (E) É considerado prática abusiva enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto ou fornecer qualquer serviço.
92. (C) (E) É considerado prática abusiva condicionar o fornecimento de produto ao fornecimento de outro produto, mas não há restrições condicionar o fornecimento de produto a limites quantitativos.
93. (C) (E) É prática abusiva aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.
94. (C) (E) O fornecedor de serviço é obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio, sendo que o valor orçado terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias.
95. (C) (E) Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento para fornecimento de serviço obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

Analise as seguintes regras sobre o Código de Defesa do Consumidor:

96. (C) (E) O direito de arrependimento pode ocorrer no prazo de 7 (sete) dias apenas no caso de contratação que tenha ocorrido por telefone.
97. (C) (E) No caso de cobrança indevida, o direito do consumidor é restrito ao de receber o mesmo valor que pagou acrescido de correção monetária.
98. (C) (E) É considerado crime o ato de fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva.
99. (C) (E) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
100. (C) (E) É considerada cláusula abusiva, sendo nula de pleno direito, aquela que deixe ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.

INFORMAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DISCURSIVA

De acordo com Edital de Abertura em seus subitens:

13.5 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.

13.6 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

13.7 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.

13.8 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de: a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

QUESTÃO DISCURSIVA

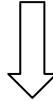
Uma EMPRESA, rede de supermercados, elaborou e veiculou na cidade publicidade por meio de panfletos e em jornal uma promoção que estaria fazendo na venda de determinado PRODUTO pelo prazo de 30 (trinta) dias. Nessa publicidade, dizia que seria imperdível esta promoção, especificando o PRODUTO, bem como sua marca, porém, não divulgava o preço do produto, apenas dizendo que seria o menor preço daquela cidade. Um CONSUMIDOR foi até uma das lojas da rede na intenção de aproveitar a promoção, porém, ao encontrar na prateleira o PRODUTO divulgado notou que o preço era o mesmo utilizado normalmente pelo estabelecimento e que, inclusive, era maior do que o preço utilizado em outros estabelecimentos. Com isso, questionou sobre a promoção que foi divulgada pelos panfletos e jornal ao gerente e recebeu a explicação de que a promoção só valeria para aquisição de 10 (dez) ou mais unidades e que o CONSUMIDOR deveria levar uma prova do preço de outro estabelecimento que então seria colocado um preço inferior, informações estas que não constavam na publicidade. O CONSUMIDOR tentou argumentar com o gerente dizendo que não havia tais informações na publicidade, mas as reclamações não tiveram nenhum resultado.

A partir do caso apresentado e com base no Código de Defesa do Consumidor, elabore um texto dissertativo que contenha os seguintes aspectos:

- a) Como deve ser e o que deve conter as informações sobre uma oferta de produto ou serviço.
- b) Publicidade e Código de Defesa do consumidor: direitos básicos sobre informação e publicidade e princípios aplicáveis.
- c) A publicidade do caso exposto acima é enganosa ou abusiva? O que caracteriza ser enganosa ou abusiva?
- d) Explicar a sanção administrativa prevista no Código de Defesa do Consumidor que é imposta com a finalidade de corrigir e desfazer o malefício de uma publicidade enganosa ou abusiva.

RASCUNHO

Destaque Aqui



.....

GABARITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – PR Edital Nº 172/2015
<http://www.fundacaofafipa.org.br/concurso>

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64
65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100												

CARGO: ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR